XEROX

DE LEIS

ORDINÁRIAS

2005



LEI Nº 550 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2005

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Esta Lei estabelece as metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício financeiro de 2006, orienta a elaboração da respectiva lei orçamentária e dispõe sobre assuntos determinados pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º. Integram a presente lei os seguintes anexos:

Anexo I - Descrição dos programas governamentais por metas de indicadores e custo;

Anexo II – Descrição das ações dos programas por unidades executoras;

Anexo III – Metas Fiscais, contendo os demonstrativos:

Demonstrativo I – Metas Anuais;

Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V – Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação dos ativos;

Demonstrativo VI – Receitas e Despesas previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social, com projeção atuarial e avaliação da situação financeira; Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Demonstrativo VIIII – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Anexo IV – Riscos Fiscais, contendo o demonstrativo de riscos fiscais e providências a serem tomadas;

Art. 2º. A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus fundos e entidades da administração direta e indireta, observando-se os seguintes objetivos:

I. combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;

II. promover o desenvolvimento do Município e o crescimento econômico;

III. reestruturação e reorganização dos serviços administrativos, buscando maior eficiência de trabalho e de arrecadação;

IV. assistência à criança e ao adolescente;
V. melhoria da infra-estrutura urbana;
VI. oferecer assistência médica, odontológica e ambulatorial à população carente, através do Sistema Único de Saúde;
VII. austeridade na gestão dos recursos públicos;
VIII. princípio do equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária.

Art. 3º. A Câmara Municipal deverá enviar sua proposta Orçamentária ao Executivo até trinta (30) dias úteis antes do prazo de encaminhamento do projeto de lei orçamentária ao Legislativo.

Parágrafo Único - O Poder Executivo colocará à disposição da Câmara Municipal até sessenta (60) dias antes do prazo de encaminhamento do projeto de lei orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2006, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo.

Art. 4º. O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas nesta lei, ao artigo 165, §§ 5º, 6º; 7º e 8º, da Constituição Federal, à Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, assim como à Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo Único - A lei orçamentária anual compreenderá:
I. O orçamento fiscal;
II. O orçamento de investimento das empresas;
III. O orçamento da seguridade social.

Art. 5º A proposta orçamentária para o ano 2006, conterá as metas e prioridades estabelecidas no anexo II que integra esta lei e ainda as seguintes disposições:
I. as unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o ano em curso, consideradas as suplementações, ressalvados os casos de aumento ou diminuição dos serviços a serem prestados;
II. na estimativa da receita considerar-se-á a tendência do presente exercício e o incremento da arrecadação decorrente das modificações na legislação tributária;
III. as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços vigentes em agosto de 2005, observando a tendência de inflação projetada no PPA.
IV. somente poderá incluir novos projetos, desde que devidamente atendidos aqueles em andamento, bem como após contemplar as despesas de conservação com o patrimônio público;

V. não poderá prever como receitas de operações de crédito montante que seja superior ao das despesas de capital, excluídas as por antecipação da receita orçamentária;
VI. os recursos legalmente vinculados a finalidade específica deverão ser utilizados exclusivamente para o atendimento do objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Parágrafo Único - Os projetos a serem incluídos na lei orçamentária anual poderão conter previsão de execução por etapas, devidamente definidas nos respectivos cronogramas físico-financeiros.

Art. 6º. Caso ocorra frustração das metas de arrecadação da receita, deverão os Poderes Executivo e Legislativo, respectivamente, por decreto e ato da mesa, determinar a limitação de empenho, objetivando assegurar o equilíbrio entre a receita e a despesa.

§ 1º - A limitação de que trata este artigo será determinada por unidades orçamentárias e terá como base percentual de redução proporcional ao déficit de arrecadação.

§ 2º.- Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais, as destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as elencadas abaixo:

I. Alimentação escolar;
II. Atenção à Saúde da população;
III. Pessoal e encargos sociais;
IV. Sentenças Judiciais;.

Art. 7º. Até trinta dias após a publicação do orçamento, o Poder Executivo, através da Secretaria de Finanças, editará portaria estabelecendo a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º. As receitas, conforme as previsões respectivas, serão programadas em metas de arrecadações bimestrais, enquanto que os desembolsos financeiros deverão ser fixados em metas mensais.

§ 2º. A programação financeira e o cronograma de desembolso de que tratam este artigo poderão ser revistos no decorrer do exercício financeiro a que se referirem, conforme os resultados apurados em função de sua execução.

Art. 8º. Os atos relativos à concessão ou ampliação de incentivo ou beneficio tributário com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, que importem em renúncia de receita, deverão obedecer às disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Parágrafo Único - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

Art. 9º. O Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei visando revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de carreira e salários, incluindo:

I. a concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;
II. a criação, aumento e a extinção de cargos ou empregos públicos, bem como a criação e alteração de estrutura de carreira;
III. o provimento de cargos ou empregos e contratações de emergências estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente.

Parágrafo Único - As alterações autorizadas neste artigo dependerão da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Art. 10. O total da despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo no mês, somada com os onze meses imediatamente anteriores, apuradas ao final de cada quadrimestre, não poderá exceder o percentual de 60% apurado sobre a receita corrente líquida do exercício.

§ 1º - O limite de que trata este artigo não poderá ultrapassar o limite máximo de 60% (sessenta por cento), assim dividido:

I. 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;
II. 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo não serão computadas as despesas:

I. de indenização por demissão de servidores ou empregados;
II. relativas a incentivos à demissão voluntária;
III. decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior de que trata o "caput" deste artigo;
IV. com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas com recursos provenientes:
    a) da arrecadação de contribuições dos segurados;
    b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição Federal.
V. Das demais receitas diretamente arrecadadas pelo fundo vinculado à previdência municipal.

§ 3º - O Executivo adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas de pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na L.C.101/00:
I. redução de vantagens concedidas a servidores;
II. redução ou eliminação das despesas com horas-extras;
III. exoneração de servidores ocupantes de cargos ou empregos em comissão;
IV. demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 11. No exercício de 2006 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos nos incisos I e II do parágrafo primeiro do artigo anterior desta lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, devidamente comprovada.

Parágrafo Único - A autorização para realização de serviços extraordinário, no âmbito do Poder Executivo nas condições estabelecidas no "caput" deste artigo, é de exclusiva competência do Diretor de Administração.

Art. 12. No exercício de 2006 o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas custeados com recursos orçamentários ficará a cargo de comissões instituídas no âmbito de cada Poder.

§ 1º. As comissões encaminharão relatórios ao responsável pelo controle interno e ao Chefe do respectivo Poder até trinta (30) dias após o encerramento do semestre, apontando os custos apurados e a avaliação dos resultados dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino infantil/fundamental, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, etc.

§ 2º. Os relatórios serão divulgados por afixação e permanecerão disponíveis para exame de qualquer cidadão.

Art. 13. Para efeito de exclusão das normas aplicáveis à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que acarretem aumento da despesa, considera-se despesa irrelevante, aquela ação cujo montante não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 1993, alterada pela Lei nº 9.648 de 1998.

Art. 14. O Poder Executivo poderá submeter ao Legislativo, projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I. revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções, inclusive com relação a progressividade do IPTU, e/ou instituir taxas e contribuições criadas por legislação federal;.
I. revogações das isenções tributárias que contrariem o Interesse público e a justiça fiscal;
II. revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de policia do Município;
III. atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;
IV. aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos;

Art. 15. A lei orçamentária anual deverá conter reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º - A reserva de contingência será identificada pelo código 99999999 em montante equivalente que compreenderão a 2% (dois por cento) da receita corrente liquida.

§ 2º - Caso a reserva de contingência não seja utilizada até 31 de outubro de 2006 para os fins de que trata o caput deste artigo, poderá constituir-se em recurso para abertura de outros créditos adicionais.

Art. 16. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal a:

I. Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
II. Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III. Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;
IV. Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação;
V. Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os recursos previstos.

Art. 17. Os repasses mensais de recursos ao Poder Legislativo serão estabelecidos de forma a garantir o perfeito equilíbrio entre a receita arrecadada e as despesas realizadas, obedecendo-se às disposições contidas na Emenda Constitucional n. 25, de 14 de fevereiro de 2000.

Art. 18. A concessão de subvenções sociais e auxílios a instituições sem fins lucrativos, que prestem serviços nas áreas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, dependerão de autorização legislativa e será calculada com base em unidade de serviços prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecidos aos padrões mínimos de eficiência previamente fixada pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos estatutários de sua criação, e deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal.

Art. 19. O custeio, pelo Poder Executivo Municipal, de despesas de competência dos Estados, do Distrito Federal e da União, somente poderá ser realizado:

I. caso se refiram a ações de competência comum dos referidos entes da Federação, previstas no art. 23 da Constituição Federal;
II. se houver expressa autorização em lei específica, detalhando o seu objeto;
III. sejam objeto de celebração de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere;
IV. se houver previsão na lei orçamentária.

Art. 20. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 21. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridades sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 22. Caso o projeto de lei orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, conforme determina o disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a sua programação poderá ser executada na proporção de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação.

Art. 23. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência financeira.

Art. 24. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 25. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 26 de Dezembro de 2005.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Autor do projeto de lei nº 030/05 – Senhor Celso Capato – Prefeito Municipal.
Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000

C.N.P.J. 67.172.437/0001-83

Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 551 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2005.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA PARA O EXERCÍCIO DE 2.006.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município da Estância Turística de Holambra para o exercício financeiro de 2006, estima à receita e fixa a despesa em R$ 22.982.500,00 (vinte e dois milhões novecentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais).

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

RECEITAS CORRENTES	**19.793.000,00**
Receita Tributária	3.690.000,00
Receita Patrimonial	94.000,00
Receita de Serviços	766.000,00
Transferências Correntes	14.426.000,00
Outras Receitas Correntes	817.000,00
RECEITA DE CAPITAL	**3.320.000,00**
Alienação de Bens	120.000,00
Transferências de Capital	3.200.000,00
TOTAL GERAL	**23.113.000,00**
- Deduções para Formação do FUNDEF	1.413.000,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	**21.700.000,00**

2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

RECEITAS CORRENTES	**1.282.500,00**
Receita de Contribuições	620.000,00
Receita Patrimonial	660.000,00
Outras Receitas Correntes	2.500,00
TOTAL GERAL	**1.282.500,00**

3- ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

RECEITAS CORRENTES	**21.075.500,00**
Receita Tributária	3.690.000,00
Receita de Contribuições	620.000,00
Receita Patrimonial	754.000,00
Receita de Serviços	766.000,00
Transferências Correntes	14.426.000,00
Outras Receitas Correntes	819.500,00
RECEITA DE CAPITAL	**3.320.000,00**
Alienação de Bens	120.000,00
Transferências de Capital	3.200.000,00
TOTAL GERAL	**24.395.500,00**
- Deduções para Formação do FUNDEF	1.413.000,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	**22.982.500,00**

Artigo 3º - A Despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCINAL

01 – Câmara Municipal	850.000,00
02.01 – Administração e Dependências	2.419.100,00
02.02 – Finanças	874.100,00
02.03 – Assistência Social	508.000,00
02.04 – Desporto e Lazer	605.500,00
02.05 – Obras e Serviços Urbanos	5.965.000,00

02.06 – Saneamento	646.500,00
02.07 – Agricultura	289.000,00
02.08 – Transportes	561.800,00
02.09 – FUNDEF	2.600.000,00
02.10 – Educação	2.755.000,00
02.11 – Saúde	2.966.000,00
03.01 – Instituto Prev. Serv. Púb. Mun. Holambra	1.942.500,00
TOTAL	**22.982.500,00**

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa	850.000,00
02 – Judiciária	143.000,00
04 – Administração	1.668.200,00
06 – Segurança Pública	597.000,00
08 – Assistência Social	758.000,00
09 – Previdência Social	394.000,00
10 – Saúde	3.006.000,00
12 – Educação	6.140.000,00
13 – Cultura	1.398.000,00
15 – Urbanismo	3.506.000,00
17 – Saneamento	948.500,00
20 – Agricultura	289.000,00
23 – Comércio e Serviços	72.000,00
26 – Transporte	618.800,00
27 – Desporto e Lazer	595.500,00
28 – Encargos Especiais	100.000,00
99 – Reserva de Contingência	1.898.500,00
TOTAL	**22.982.500,00**

III – CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

031 – Ação Legislativa	850.000,00
062 – Defesa do Interesse Púb. no P Judiciário	143.000,00

122 – Administração Geral	1.244.100,00
123 – Administração Financeira	134.100,00
124 – Controle Interno	139.500,00
129 – Administração de Receitas	150.500,00
181 – Policiamento	597.000,00
241 – Assistência ao Idoso	67.000,00
242 – Assistência ao Portador de Deficiência	323.500,00
243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	80.000,00
244 – Assistência Comunitária	287.500,00
272 – Previdência do Regime Estatutário	394.000,00
301 – Atenção Básica	2.850.000,00
304 – Vigilância Sanitária	73.000,00
305 – Vigilância Epidemiológica	83.000,00
306 – Alimentação e Nutrição	435.000,00
361 – Ensino Fundamental	4.120.000,00
362 – Ensino Médio	100.000,00
365 – Educação Infantil	1.417.000,00
366 – Educação de Jovens e Adultos	37.000,00
367 – Educação Especial	31.000,00
392 – Difusão Cultural	1.398.000,00
451 – Infra - Estrutura Urbana	2.865.000,00
452 – Serviços Urbanos	641.000,00
512 – Saneamento Básico Urbano	948.500,00
541 – Preservação e Conservação Ambiental	289.000,00
695 – Turismo	72.000,00
782 – Transporte Rodoviário	618.800,00
812 – Desporto Comunitário	595.500,00
843 – Encargos Especiais	100.000,00
999 – Reserva de Contingência	1.898.500,00
TOTAL	**22.982.500,00**

IV – POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

Despesas Correntes	16.459.200,00
Despesas de Capital	4.624.800,00
Reserva do RPPS	1.548.500,00
Reserva de Contingência	350.000,00
TOTAL DA DESPESA	**22.982.500,00**

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do inc. VI, do art. 167, da Constituição Federal.

Artigo 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal n.º 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 35% da Receita estimada do orçamento, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
II - O superávit financeiro do exercício anterior;
III - A anulação parcial de dotações, desde que justificativamente esta não comprometa as metas estabelecidas nas ações da LDO em cada Projeto, Atividade, Operações Especiais ou Reserva de Contingência.

Parágrafo Único – Se exclui deste limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais aprovadas no exercício.

Artigo 6º - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1° - Apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3° da Lei n. ° 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos arts. 8°, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2° - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos arts. 8°, 42 e 50, I da LRF.

Artigo 7° - Durante o exercício de 2006 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, ou antecipação da Receita até o limite estabelecido pela Legislação em vigor.

Artigo 8° - Esta Lei entrará em vigor em 1° de Janeiro de 2.006, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 26 de Dezembro de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Autor do projeto de lei nº 034/2005: Senhor Celso Capato – Prefeito Municipal
Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000

C.N.P.J. 67.172.437/0001-83

Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 548 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2005.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER EXCEPCIONAL E POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO A CAMPANHA DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA DENGUE.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º. - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar para fins de Programa de Erradicação da "Dengue", em caráter excepcional e nos termos do inciso IX do Art. 37, da Constituição Federal, por tempo determinado, 04 (quatro) funcionários para o exercício temporário das atribuições de Agentes de Vetores.

Artigo 2º - A contratação de que trata esta lei, será feita pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho na forma de seus artigos 443, §2º e art. 445, e dependerá da existência de recursos orçamentários.

Parágrafo Único - O prazo de referidos contratos será de 06 (seis) meses, prorrogável em caso de extensão do Programa por exigência do Ministério da Saúde, uma única vez por igual período.

Artigo 3º - O vencimento do pessoal contratado, será de um salário mínimo mensal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria, a ser suplementada se necessário.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 26 de Dezembro de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Autor do projeto de lei nº 045/05: Senhor Celso Capato - Prefeito Municipal
Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

LEI Nº 547 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2005.

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS, ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A RECUPERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E CRIA O SISTEMA MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

TÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS

CAPÍTULO I
DOS FUNDAMENTOS

Artigo 1º - Para os efeitos desta lei são adotados os seguintes conceitos:

I. *Recuperação:* é o ato de intervir num ecossistema degradado, visando ao resgate das suas condições originais;
II. *Preservação:* é a ação de proteger um ecossistema contra qualquer forma de dano ou degradação, adotando-se as medidas preventivas legalmente necessárias e as medidas de vigilância adequadas;
III. *Conservação:* é a utilização racional de um recurso qualquer, de modo a obter-se um rendimento considerado bom, garantindo-se a sua renovação ou a sua auto-sustentação;
IV. *Gestão:* é a ação integrada do poder público e da sociedade, visando à otimização do uso dos recursos naturais de forma sustentável, e tomando por base a sua recuperação, preservação e conservação.

Artigo 2º - A Política Municipal de Recursos Hídricos tem por base os seguintes fundamentos:

I. A água é um bem de domínio público, limitado e de valor econômico;
II. O poder público e a sociedade, em todos os seus segmentos, são responsáveis pela preservação e conservação dos recursos hídricos;
III. A gestão dos recursos hídricos deve contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades;

IV. Prioritariamente, a água será utilizada para o abastecimento humano, de forma racional e econômica;
V. A gestão municipal considerará a bacia hidrográfica como unidade de planejamento dos recursos hídricos;
VI. A gestão dos recursos hídricos deverá integrar-se com o planejamento urbano e rural do Município;
VII. A gestão dos recursos hídricos deverá integrar-se com o Plano das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Artigo 3º - São objetivos da Política Municipal de Recursos Hídricos:

I. Buscar a recuperação, preservação e conservação do regime dos corpos d'água localizados no Município, em termos de quantidade e qualidade;
II. Preservar a qualidade e racionalizar o uso das águas superficiais e subterrâneas;
III. Proporcionar e otimizar o uso múltiplo dos recursos hídricos;
IV. Integrar o Município no sistema de gerenciamento das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.
V. Fazer cumprir as legislações federal e estadual relativas ao meio ambiente, uso e ocupação do solo e recursos hídricos;
VI. Buscar a universalização do acesso da população à água potável, em qualidade e quantidade satisfatórias;
VII. Garantir o saneamento ambiental;
VIII. Promover o desenvolvimento sustentável;
IX. Prevenir e defender a população e bens contra eventos hidrológicos críticos;
X. Instituir o efetivo controle social da gestão dos recursos hídricos, por parte de todos os segmentos da sociedade;
XI. Desenvolver ações para a implantação da Agenda 21 local.

CAPÍTULO III
DOS INSTRUMENTOS

Artigo 4º - São instrumentos da Política Municipal dos Recursos Hídricos:

I. A Avaliação Anual dos Recursos Hídricos;
II. O Plano Municipal de Recursos Hídricos – PMRH;
III. O Fundo Municipal de Meio Ambiente – FUNDEMA;
IV. Os programas de educação ambiental;
V. Os convênios e parcerias de cooperação técnica, científica e financeira.

SEÇÃO I
DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS RECURSOS HÍDRICOS

Artigo 5º - Anualmente, até 30 de abril, a Coordenadoria Municipal de Meio Ambiente – COMUMA providenciará a elaboração da Avaliação Anual dos Recursos Hídricos, que será apreciada pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM.

Parágrafo 1º – Para atender ao disposto neste Artigo, a COMUMA poderá utilizar recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente – FUNDEMA, a critério do COMAM.

Parágrafo 2º - A mudança de nomenclatura mencionada no artigo 1º da Emenda Modificativa seja aplicada ao Projeto de Lei nº 043, de 21 de novembro de 2005, em toda a sua extensão.

Artigo 6º - Da Avaliação Anual deverão constar, obrigatoriamente:

I. Avaliação da qualidade e quantidade das águas e do balanço entre disponibilidade e demanda, atendendo aos termos da Portaria 1469/00 do Ministério da Saúde;
II. Descrição e avaliação do andamento das ações estipuladas no Plano Municipal de Recursos Hídricos – PMRH em vigor;
III. Descrição e avaliação da situação de todas as exigências constantes desta lei, em particular aquelas referentes a:
    - Zoneamento
    - Parcelamento e ocupação do solo
    - Infra-estrutura sanitária
    - Proteção de áreas especiais
    - Controle da erosão do solo
    - Controle do escoamento superficial das águas pluviais;
    - Mapeamento e avaliação de riscos ambientais.
IV. Proposta de ações a serem contempladas na Lei Orçamentária do exercício seguinte;
V. Detalhamento da situação do FUNDEMA.

SEÇÃO II
DO PLANO MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS – PMRH

Artigo 7º- O PMRH terá por finalidade operacionalizar a implantação da Política Municipal de Gestão dos Recursos Hídricos.

Artigo 8° - A cada quatro anos, no início de cada novo mandato, até 30 de junho, a COMUMA providenciará a elaboração e, após a aprovação do COMAM, encaminhará o Plano Municipal de recursos Hídricos – PMRH ao Executivo Municipal.

§ 1°. – Para atender ao disposto neste Artigo, a COMUMA, a critério do COMAM, utilizará recursos do FUNDEMA.

§ 2°. – O PMRH abrangerá o período que vai do início do 2° ano de mandato do Executivo, até o final do 1° ano do mandato seguinte.

Artigo 9° - Do PMRH deverão constar, obrigatoriamente:

I. Diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos;
II. Análise das alternativas de crescimento demográfico, de evolução de atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo;
III. Balanço entre disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificação de conflitos potenciais;
IV. Metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis;
V. Medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados, para o atendimento das metas previstas;
VI. Responsabilidade para a execução das medidas, programas e projetos;
VII. Cronograma de execução e programação orçamentário-financeira associada às medidas, programas e projetos;
VIII. Prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos;
IX. Propostas para a criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos.

Parágrafo Único – Em suas proposições, o PMRH levará em consideração as propostas constantes do Plano de Bacias, elaborado sob a responsabilidade dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – (CBH PCJ e PCJ FEDERAL), naquilo que couber.

SEÇÃO III
DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – FUNDEMA

Artigo 10° - Fica criado o Fundo Municipal de Meio Ambiente – FUNDEMA, destinado a dar suporte financeiro às Políticas Municipais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, regendo-se pelas normas estabelecidas nesta lei.

Artigo 11 - O FUNDEMA será gerido pelo COMAM.

Artigo 12- Constituirão recursos do FUNDEMA:

I. Dotação consignada anualmente no orçamento municipal, sendo obrigatória, no mínimo, a destinação de 5% das receitas previstas, ressalvadas aquelas provenientes de impostos;
II. Receita auferida com a aplicação de multas aos infratores das normas e exigências constantes desta lei;
III. Transferências do Estado ou da União, a ele destinado por disposição legal;
IV. Empréstimos nacionais e internacionais;
V. Doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
VI. Quaisquer outros recursos ou rendas que lhe sejam destinados;
VII. Rendas provenientes da aplicação de seus próprios recursos;
VIII. Recursos provenientes da compensação financeira, conforme Art.29 da Lei 9984/00.

Parágrafo Único – Os recursos do FUNDEMA, enquanto não forem efetivamente utilizados, poderão ser aplicados em operações financeiras que objetivem o aumento das receitas do próprio Fundo.

Artigo 13 - Os recursos do FUNDEMA serão aplicados atendendo ao estipulado no PMRH, no documento de Avaliação Anual dos Recursos Hídricos e em outras ações ambientais, mediante aprovação do COMAM.

Artigo 14 - São permitidas aplicações de recursos do FUNDEMA para atender aos seguintes quesitos:

I. Ações, eventos, cursos, serviços, estudos, pesquisas, projetos, e obras visando à preservação e conservação dos recursos hídricos e do meio ambiente localizado no Município;
II. Serviços, estudos, pesquisas, projetos e obras, atendendo às propostas previstas nos Planos de Bacias aprovados pelos Comitês PCI, desde que redundem em efetiva melhoria do regime dos recursos hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

SEÇÃO IV
DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Artigo 15 - Entende-se por Educação Ambiental o processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento de habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar às inter-

relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos; a Educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida.

Parágrafo Único – Para a consecução deste processo, o Município deverá integrar-se aos Comitês PCJ e PCJ Federal visando, particularmente, à implantação de um Programa de Educação Ambiental fundamentado em cinco subprogramas:

I. Formação de Agentes Locais de Sustentabilidade;
II. Centros de Referência em Educação Ambiental;
III. Redes de Comunicação;
IV. Produção e Disseminação de Material de Apoio; e
V. Apoio a Processos Organizacionais de Planejamento e Gestão.

Artigo 16 - Ficam instituídos a obrigatoriedade de programas de Educação Ambiental nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, da Rede Escolar Municipal.

§ 1° – A Educação Ambiental deverá integrar-se ao projeto pedagógico de cada escola, segundo os parâmetros curriculares e legislação específica.

§ 2° – Caberá a cada unidade escolar definir o trabalho de Educação Ambiental a ser desenvolvido, guardadas as especificidades de cada local, respeitada a autonomia da escola.

Artigo 17 - O Executivo Municipal poderá firmar convênios com universidades, entidades ambientalistas e outros, que permitam o bom desenvolvimento dos programas de Educação Ambiental, e estimulem a participação da sociedade na formulação, implantação e avaliação dos citados programas, no cumprimento desta lei.

Artigo 18 - Será estabelecido prazo para que as secretarias municipais envolvidas preparem os professores através de cursos, seminários e materiais didáticos, possibilitando, de fato, que todos os alunos da rede pública, findo este prazo, passem a receber Educação Ambiental.

SEÇÃO V
DOS CONVÊNIOS E PARCERIAS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E FINANCEIRA

Artigo 19 - Objetivando a implementação da Política Municipal de Recursos Hídricos, em consonância com as políticas estadual e federal, o Executivo Municipal poderá firmar convênios e estabelecer parcerias de cooperação técnica,

científica e financeira, com órgãos estaduais e federais, universidades e institutos de pesquisas, organizações não governamentais e outras, buscando particularmente:

I. O aprimoramento das tecnologias que, direta ou indiretamente, resultem na melhoria da preservação e conservação dos recursos hídricos;
II. A modernização e aumento da eficiência da estrutura organizacional do poder público local, de forma a cumprir competentemente as suas responsabilidades, face ao disposto nesta lei;
III. A capacitação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal encarregado de atuar na fiscalização, orientação e acompanhamento da implantação da Política Municipal de Recursos Hídricos;
IV. O apoio ás comunidades organizadas, para cumprirem, de forma adequada, as disposições constantes desta lei;
V. O financiamento de programas constantes do PMRH.

TÍTULO II
DA RECUPERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Artigo 20 - Todas as normas estabelecidas neste Título II aplicam-se à totalidade do território do Município, seja a área urbana, de expansão urbana ou rural, respeitado o Plano Diretor Municipal e legislação dele decorrente.

Artigo 21 - A gestão dos recursos hídricos tomará por base as seguintes questões:

I. Zoneamento;
II. Parcelamento e ocupação do solo urbano e rural;
III. Infra-estrutura sanitária;
IV. Controle do escoamento superficial das águas pluviais;
V. Controle do uso da água no Município.

CAPÍTULO I
DO ZONEAMENTO (CONFORME LEI DE Nº 105 – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO)

Artigo 22 - Para os efeitos desta lei, adotam-se as seguintes definições:
I. *Usos conformes:* são os usos ou atividades recomendados para a zona em questão;
II. *Usos aceitáveis:* são os usos ou atividades permitidos na zona em questão, desde que apreciados e aprovados pelo COMAM;

III. *Usos proibidos:* são os usos ou atividades não permitidos na zona em questão.

Artigo 23 - Visando à recuperação, preservação e conservação dos recursos hídricos, ficam definidas as seguintes zonas de uso do solo:

I. Zona Industrial – ZI;
II. Zona Agropecuária – ZAP;
III. Zona de Conservação – ZC;
IV. Zona de Preservação Ambiental – ZPA;

Parágrafo Único – O mapa M1, anexo á presente lei, identifica os limites das diversas zonas definidas.

Artigo 24 - A definição de novas Zonas e a alteração dos perímetros ou das características das Zonas aqui definidas, deverão ser aprovadas por lei, ouvido o COMAM.

SEÇÃO I
DA ZONA INDUSTRIAL – ZI

Artigo 25 - A Zona Industrial – ZI destina-se à instalação de indústrias de qualquer porte e potencial poluidor, além de atividades correlatas.

Parágrafo Único – A instalação de indústrias na ZI exigirá prévia avaliação de impacto ambiental.

Artigo 26 - São aceitáveis os seguintes usos na ZI: silvicultura, com manejo sustentável, comercial, lazer e exploração mineral.

§ 1º – A pastagem e a lavoura serão aceitáveis, desde que compatíveis com os níveis de poluição, ouvido o COMAM.

§ 2º – A exploração mineral na ZI exigirá prévia avaliação de impacto ambiental.

Artigo 27 - Na ZI é proibido uso residencial.

Parágrafo Único – Excepcionalmente, tolera-se a existência de residências na ZI, apenas no âmbito da própria indústria.

Artigo 28 - É obrigatório manter no contorno da ZI, faixa de vegetação com largura de 20 metros, destinada à proteção das zonas adjacentes.

SEÇÃO II
ZONA AGROPECUÁRIA – ZAP

Artigo 29 - A Zona Agropecuária – ZAP compreende áreas com declividade inferior a 30% e destinadas às atividades predominantemente rurais.

Parágrafo Único – A critério da Prefeitura, a ZAP pode ser utilizada para expansão urbana.

Artigo 30 - São aceitáveis os seguintes usos para a ZAP: lazer, comercial e industrial.

Parágrafo Único – o uso residencial é proibido, sendo aceitável apenas para moradia no âmbito da propriedade rural.

Artigo 31 - O uso industrial e a exploração mineral na ZAP, exigirão avaliação de impacto ambiental.

Artigo 32 - Na ZAP são obrigatórios os seguintes procedimentos:

I. Plantio de culturas em nível, com o uso de curvas de nível;
II. Observação rigorosa dos requisitos exigido para aplicação segura dos agrotóxicos, particularmente os inorgânicos (defensivos, fertilizantes e corretivos) e os orgânicos (estercos, fertilizantes orgânicos e resíduos industriais), com acompanhamento e responsabilidade técnica de profissional habilitado, de acordo com os respectivos receituários agronômicos, que deverão ser mantidos na propriedade para efeito de fiscalização;
III. Cadastro no COMUMA, de todas as captações de água para irrigação, sejam permanentes ou temporárias, fornecendo as características das culturas irrigadas, de acordo com as exigências da Prefeitura;
IV. Planejamento de uso do solo segundo sua capacidade e mediante o emprego de tecnologia adequada e aprovada pela COMUMA.

§ 1º – Entende-se por tecnologia adequada às práticas conservacionistas já consagradas e preconizada por órgãos competentes, entre as quais o plantio direto, que visem à conservação, melhoramento e recuperação do solo, atendendo à função sócio-econômica da propriedade e à manutenção do equilíbrio ecológico.

§ 2º – Será priorizada a implantação de Micro Bacias, obrigatoriamente coordenado pelo Poder Público Municipal, em cooperação com as esferas Estadual e Federal.

§ 3º – A Prefeitura poderá firmar convênios de cooperação com órgãos federais e estaduais para orientação, treinamento, controle e fiscalização dos procedimentos exigidos neste artigo.

§ 4º – Os produtores rurais que dispuserem de equipamentos de irrigação na data de publicação desta lei, terão prazo de 120 dias para cadastrá-los no COMUMA, conforme estabelece o inciso III deste artigo.

SEÇÃO III
DA ZONA DE CONSERVAÇÃO – ZC

Artigo 33 - A Zona de Conservação – ZC corresponde às áreas localizadas em topos de montanhas ou morros, ou com declividade igual ou superior a 30%, sujeitas à erosão.

Parágrafo Único – O Poder Público Municipal zelará, na ZC, pela aplicação da legislação ambiental federal, especialmente as normas constantes da Lei Federal 4771/65 – Código Florestal, com as alterações posteriores.

Artigo 34 - São usos conformes para a ZC: a silvicultura e a mata natural.

Artigo 35 - Na ZC são aceitáveis os usos para lazer, pastagem e culturas permanentes.

Parágrafo Único – A atividade de lazer na ZC, somente será permitida após avaliação de impacto ambiental e aprovação do respectivo plano de manejo.

Artigo 36 - Na ZC são proibidos os usos: residencial, comercial, industrial, culturas não permanentes e exploração mineral.

Artigo 37 - Excepcionalmente, o proprietário ou arrendatário de área localizada na ZC, atualmente utilizada para lavoura, não dispondo de outra área adequada, deverá aplicar os procedimentos exigidos no Artigo 32.

Parágrafo Único – A exceção permitida neste artigo somente será possível mediante autorização do COMAM, que estabelecerá prazos para adequação dos procedimentos.

SEÇÃO IV
DA ZONA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – ZPA

Artigo 38 - A Zona de Preservação Ambiental – ZPA compreende os parques ecológicos, parques de ecoturismo, reservas florestais, além das áreas de recarga de aqüíferos subterrâneos e áreas marginais cursos d'água, nascentes, olhos d'água, lagoas e outros reservatórios superficiais, conforme estipulam os Artigos 44 e 47 desta lei.

Parágrafo Único – O Poder Público Municipal zelará, na ZPA, pela aplicação da legislação ambiental federal, especialmente as normas constantes da Lei Federal 4771/65 – Código Florestal, com as alterações posteriores.

Artigo 39 - São usos conformes para a ZPA: a silvicultura e a mata natural.

Artigo 40 - O lazer é uso aceitável para a ZPA, desde que não implique na implantação de equipamentos ou obras permanentes.

Parágrafo Único – Exige-se avaliação de impacto ambiental e aprovação de plano de manejo para o uso de lazer na ZPA.

Artigo 41 - Na ZPA são proibidos os usos: comercial, industrial, pastagem, lavoura, exploração mineral e residencial.

Artigo 42 - Mediante análise e autorização do COMAM, poderão ser implantadas, nos parques ecológicos, parques de ecoturismo e reservas florestais, obras que atendam especificamente às suas finalidades.

Artigo 43 - Nas áreas de recarga de aqüíferos subterrâneos poderão ser implantados parcelamentos de solo, com lotes de área não inferior a 1.000 metros quadrados, desde que existam sistemas públicos de abastecimento de água, de coleta, tratamento e disposição final de esgotos, e que a taxa de ocupação dos lotes seja inferior a 20%, reservando-se nos mesmos, 50% de área permeável não pavimentada.

Artigo 44 - Nas áreas marginais aos cursos d'água, nascentes, olhos d'água, lagos, lagoas e reservatórios, numa faixa com largura de 30 metros, contados a partir do nível máximo atingível pelas águas, é proibida a implantação de qualquer obra, exceto para transposição de curso d'água.

Artigo 45 - Na ZPA são proibidas as seguintes atividades:

I. Depósito de resíduos ou produtos químicos;
II. Aplicação de qualquer tipo de defensivo, fertilizante e corretivo agrícola, orgânico ou inorgânico;
III. Desmatamento ou remoção de cobertura vegetal;
IV. Movimentação de terra;
V. Realização de queimadas.

Artigo 46 - Dentro do perímetro urbano, ao longo das margens dos cursos d'água, lagos, lagoas e reservatórios, são consideradas de interesse público as áreas ainda não ocupadas, numa faixa de 30 metros, contados a partir do limite do seu leito maior, para nelas serem implantados parques lineares.

Artigo 47 - Externamente ao perímetro urbano, ao longo das margens dos cursos d'água, lagos, lagoas, reservatórios, e ao redor de nascentes, ainda que intermitentes, e olhos d'água, é obrigatória a recomposição florestal, numa faixa de 30 metros, contados a partir do limite do leito maior, sob responsabilidade do respectivo proprietário, dentro do prazo de cinco anos, a contar da data de assinatura do termo de compromisso de recomposição florestal, objeto do § 2º deste artigo.

§ 1º – A COMUMA, deverá elaborar as diretrizes para a recomposição objeto deste artigo, publicando-as em periódico de circulação no Município e dando ampla divulgação e destaque pelos meios competentes.

§ 2º – Nos 180 dias subseqüentes à fixação das diretrizes, o proprietário ou posseiro do imóvel rural deverá apresentar o plano de recomposição florestal a firmar o correspondente termo de compromisso de recomposição junto à COMUMA.

Artigo 48 - Visando a apoiar os proprietários no cumprimento da obrigatoriedade disposta no artigo anterior, o Executivo Municipal formará convênios de cooperação técnica e financeira com órgãos estaduais e federais, bem como manterá estrutura adequada e viveiro de espécies nativas.

Artigo 49 - Esgotado o prazo previsto no Artigo 47, a Prefeitura Municipal notificará o proprietário para a execução da recomposição exigida, incidindo as penalidades previstas nesta lei.

CAPÍTULO II
DO PARCELAMENTO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO E RURAL

Artigo 50 - Todo projeto de parcelamento do solo deve, necessariamente, considerar a topografia do terreno e os caminhos naturais de escoamento das águas, para a definição e distribuição dos lotes e vias públicas.

Artigo 51 - Os caminhos naturais de escoamento das águas deverão ser preservados por meio de canais a céu aberto.

Parágrafo Único – Excepcionalmente, a critério da COMUMA e mediante autorização do COMAM, poderão ser utilizadas galerias tubulares para escoamento das águas naturais ou pluviais.

Artigo 52 - Serão exigidos nos parcelamentos de solo, as seguintes taxas máximas de ocupação dos lotes, exceção feita às áreas de recarga de aqüíferos subterrâneos, já contempladas no Artigo 43:

I. 50% nos terrenos com declividade inferior ou igual a 15%;
II. 30% nos terrenos com declividade superior a 15%.

Artigo 53 - Não será permitido o parcelamento do solo em terrenos com declividade igual ou superior a 30%, salvo se forem atendidas exigências formuladas pelo COMAM, em cada caso específico.

Artigo 54 - Fica proibido o parcelamento do solo em terrenos alagadiços, salvo se forem tomadas providências para assegurar o escoamento das águas, mediante autorização do COMAM e aprovação técnica do COMUMA.

Artigo 55 - Nas áreas marginais aos cursos d'água, numa largura de 30 metros, contados a partir do nível máximo atingido pelas águas, atualmente ocupado por construções, fica proibido qualquer tipo de ampliação ou obra nova, mesmo em lotes de parcelamentos já implantados.

Artigo 56 - No prazo de três anos, contados a partir da publicação da presente lei, o Executivo adotará medidas judiciais cabíveis, para desocupar e demolir as construções irregulares, porventura existentes nas áreas objeto do artigo anterior.

Artigo 57 - Os parcelamentos do solo que incorporem mata nativas primárias ou secundárias, existentes ou em estágio médio ou avançado de regeneração, deverão observar diretrizes específicas para a preservação de áreas protegidas.

CAPÍTULO III
DA INFRA-ESTRUTURA SANITÁRIA

Artigo 58 - No prazo de três anos, contados a partir da publicação desta lei, fica a Prefeitura Municipal, através do Departamento de Água e Esgoto, obrigada a atender à totalidade da população urbana, com água potável em quantidade e pressão satisfatórias.

Artigo 59 - No prazo de cinco anos, contados a partir da publicação desta lei, fica a Prefeitura Municipal, através do Departamento de Água e Esgoto, obrigada a atender à totalidade da população urbana, com coleta e tratamento de esgotos.

Artigo 60 - A Prefeitura Municipal, através do Departamento de Água e Esgoto deverá apresentar a COMUMA, um plano de redução das perdas de água que ocorrem no sistema público de abastecimento, devendo ser apreciado pelo COMAM e, depois de aprovado, dada a publicidade.

Artigo 61 - Toda indústria que produzir esgoto diferente do doméstico, é obrigada a instalar sistema de tratamento prévio antes de lançá-lo na rede pública de coletores ou em corpo d'água.

§ 1º – O projeto do tratamento deverá ser submetido aos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental, que estabelecerá os índices a serem observados.

§ 2º – As indústrias já instaladas no Município terão prazo de dois anos, a contar da publicação da presente lei, para apresentar projeto e se adequar ao disposto neste artigo.

Artigo 62 - É proibido o lançamento de resíduos sólidos ou líquidos, em qualquer logradouro público ou terreno particular desocupado, dentro de todo o território do Município.

Parágrafo Único – A COMUMA definirá locais ambientalmente seguros para disposição de resíduos sólidos, como lixo, entulho e aparas vegetais.

Artigo 63 - Qualquer captação de água, superficial ou subterrânea, ou lançamento de esgoto em corpo d'água corrente ou dormente, deverá ser previamente solicitada à COMUMA e por esta autorizada.

Parágrafo Único – Para a aplicação deste Artigo, o Executivo Municipal firmará convênio com o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, do Governo do Estado de São Paulo.

Artigo 64 - Todos os proprietários, urbanos ou rurais, que dispuserem de poços, rasos ou profundos, deverão cadastrá-los no COMUMA, dentro do prazo de cento e oitenta dias, contados da data de publicação da presente lei, fornecendo os dados solicitados pela Prefeitura.

Artigo 65 - É proibido o uso de água potável em consumos não prioritários.

Parágrafos Únicos – Para efeito de aplicação do disposto neste artigo, o COMAM estabelecerá os consumos não prioritários, em função da disponibilidade e custo de produção da água potável.

ARTIGO IV
DO CONTROLE DO ESCOAMENTO SUPERFICIAL DAS ÁGUAS PLUVIAIS

Artigo 66 - Fica proibido a implantação de qualquer tipo de empreendimento que venha a provocar aumento do fluxo natural das águas pluviais.

Artigo 67 - O parcelador do solo urbano fica obrigado a projetar, aprovar e executar sistemas estruturais de infiltração, retenção ou retardamento do fluxo das águas pluviais, atendendo a especificações da Prefeitura, de forma a cumprir o disposto no artigo anterior.

Artigo 68 - Os passeios ainda não executados, ou que venham a ser implantado em parcelamentos futuros, deverão prever pavimentação parcial até a largura limite de 1 metro, devendo o restante possuir cobertura vegetal.

§ 1° – A vegetação utilizada para o passeio não poderá impedir ou dificultar o trânsito de pedestres.

§ 2° – Caberá ao proprietário do imóvel a execução e manutenção do passeio de que trata este artigo.

Artigo 69 - As condições de absorção de parte das águas pluviais, precipitadas no lote ou terreno urbano ainda não ocupado, deverão ser, obrigatoriamente, preservadas após a ocupação, pela manutenção de, pelo menos, 25% da área do lote ou terreno, vegetada e livre de construção ou pavimentação, exceção feita aos lotes ou terrenos situados em áreas de recarga de aqüíferos subterrâneos, contemplados no Artigo 43 desta lei.

Parágrafo Único – Para os lotes já ocupados, em áreas a serem definidas pela Prefeitura, o Executivo poderá criar incentivos fiscais com o objetivo de estimular os respectivos proprietários a instalar, nos citados lotes, estruturas destinadas à infiltração, retenção ou retardamento do fluxo das águas pluviais neles precipitadas, como áreas vegetadas e/ou cisternas, segundo orientação da COMUMA.

Artigo 70 - É obrigatória a preservação da cobertura vegetal nos lotes e terrenos urbanos, até a edificação.

Artigo 71 - As águas pluviais precipitadas em propriedade rural, não poderão ser conduzidas para as estradas públicas, conforme Lei n° 378, aprovada em 10 de abril de 2001.

Artigo 72 - As águas pluviais precipitadas nas estradas públicas deverão ser conduzidas para as propriedades rurais disciplinadas pelas normas de Micro Bacias.

Parágrafo Único – Para atender ao disposto neste artigo, a Prefeitura executará os procedimentos técnicos necessários de recepção e administração das águas conduzidas.

TÍTULO III
DO SISTEMA MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Artigo 73 - O Sistema Municipal de Gerenciamento de Recursos Hídricos é estruturado com base nos seguintes elementos:

I. Coordenadoria Municipal de Meio Ambiente – COMUMA;
II. Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM;
III. Sistema Municipal de Informações Ambientais – SMIA.

Parágrafo Único – A mudança de nomenclatura mencionada nos artigos 1º e 2º da presente Emenda Modificativa/Aditiva seja aplicada ao Projeto de Lei nº 043, de 21 de novembro de 2005, em toda sua extensão.

CAPÍTULO I
DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – DEMA

Artigo 74 - Para a consecução dos objetivos desta lei, o Executivo criará o Departamento Municipal de Meio Ambiente – DEMA, mediante lei específica.

Artigo 75 - O DEMA terá, minimamente, as seguintes atribuições:

I. Planejar, administrar e fiscalizar as posturas ambientais e os usos dos recursos hídricos em todo o território do Município;
II. Estabelecer diretrizes técnicas aos demais órgãos municipais em assuntos relativos ao meio ambiente e aos recursos hídricos;
III. Formular procedimentos, normas técnicas e padrões de preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos hídricos, em obediência ao que dispõem as legislações federais, estaduais e municipais, pertinentes;
IV. Fiscalizar as atividades sócio-econômicas que interferem com o meio ambiente e com os recursos hídricos, autuando os infratores que desrespeitarem o disposto nesta lei;
V. Apoiar técnica e administrativamente o COMAM;
VI. Fornecer todas as informações necessárias ao bom funcionamento do COMAM;
VII. Exigir a elaboração de estudo de impacto ambiental, bem como relatório de impacto ambiental, para todos os casos previstos nas legislações federais e estadual pertinentes;
VIII. Prestar colaboração técnica às análises dos estudos de impacto ambiental e aos planos de manejo, de forma a subsidiar os trabalhos do COMAM;
IX. Promover e estimular atividades orientadas para a mobilização, organização e conscientização da sociedade, objetivando a preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos hídricos;

X. Determinar a realização de avaliação em empresas e entidades consideradas poluidoras dos recursos hídricos ou suspeitos de desrespeitarem o disposto nesta lei;
XI. Elaborar o PMRH a cada dois anos e submetê-lo à aprovação do COMAM;
XII. Elaborar, até 30 de abril de cada ano, a Avaliação Anual dos Recursos Hídricos, submetendo-a à avaliação do COMAM.

Artigo 76 - No exercício da ação fiscalizadora, ficam asseguradas aos agentes credenciados do DEMA a entrada em estabelecimentos empresariais, a qualquer dia e hora, e a permanência pelo tempo que se tornar necessário.

Parágrafo Único – São agentes credenciados do DEMA os técnicos portadores de carteira específica de identificação.

Artigo 77 - Os recursos necessários ao perfeito funcionamento do DEMA deverão estar previstos na Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – COMAM

Artigo 78 - Fica criado o Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM, órgão colegiado e partidário, com funções deliberativas, normativas e de assessoramento do Executivo.

Artigo 79 - Compete ao COMAM:

I. Formular diretrizes para a implantação da Política Municipal de Recursos Hídricos;
II. Propor eventuais alterações à presente lei;
III. Emitir parecer sobre qualquer projeto de lei que envolva a preservação e conservação dos recursos hídricos;
IV. Apreciar a Avaliação Anual dos Recursos Hídricos, dando conhecimento público das suas conclusões;
V. Aprovar o PMRH e encaminhá-lo ao Poder Executivo Municipal;
VI. Definir os critérios para aplicação dos recursos do FUNDEMA;
VII. Decidir sobre os recursos interpostos à aplicação de sanções;
VIII. Aprovar os estudos de impacto ambiental e os planos de manejo;
IX. Elaborar o seu Regimento Interno.

Parágrafo Único – O regimento Interno disciplinará a forma de participação dos cidadãos interessados.

Artigo 80 - O COMAM será constituído de forma paritária, por representantes dos seguintes segmentos:

I. Poder Público Federal, de órgãos ligados ao Município;(*)
II. Poder Público Estadual; (*)
III. Poder Público Municipal; (*)
IV. Sociedade Civil Organizada;
V. Usuários de água;
VI. Representante das entidades não governamentais ambientalistas;
VII. Representante do Sindicato Rural do Município;
VIII. Representante das associações de moradores;
IX. Representante dos sindicatos de trabalhadores do Município;
X. Representante do Consórcio Intermunicipal dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí;
XI. Representante da Associação Comercial e Industrial do Município;
XII. Representante do CIESP regional;
XIII. Representante de universidades e instituições de ensino superior;
XIV. Representante da Associação de classe da área tecnológica;
XV. Representantes de outros órgãos julgados importantes.

Artigo 81 - A Prefeitura Municipal, por intermédio dos seus diversos órgãos, estimulará a organização de Comitês Comunitários de Sub-bacias – CCS, com o objetivo de fiscalizar o uso das águas e colaborar na sua preservação e conservação.

§ 1º – Poderá ser criado um CCS para cada curso d'água localizado no Município, seja na área urbana ou rural.

§ 2º – O CCS poderá apresentar propostas de ações ambientais ao COMAM.

Artigo 82 - Os CCSs poderão ser organizados dentro das entidades não governamentais existentes no Município, em particular nas associações de moradores.

Artigo 83 - Cada CCS terá um representante com assento no COMAM, somando-se àqueles nomeados no artigo 80.

Artigo 84 - O COMAM se reunirá ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu presidente ou por um terço dos seus membros.

Artigo 85 - As decisões do COMDEMA serão tomadas com a presença mínima de metade mais um de seus membros, exigindo aprovação de dois terços dos membros presentes.

Artigo 86 - As reuniões do COMAM são públicas e suas decisões divulgadas de acordo com o estabelecido no seu regimento interno.

CAPÍTULO III
DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS – SMIA

Artigo 87 - Compete ao DEMA criar, coordenar e manter atualizado, um Sistema Municipal de Informações Ambientais – SMIA, destinado a acompanhar a implantação da Política Municipal de Recursos Hídricos e garantir sustentação às decisões que envolvam a preservação e conservação dos recursos hídricos dentro do Município.

Parágrafo Único – O SMIA deverá integrar-se com os sistemas nacional e estadual de informações sobre recursos hídricos.

Artigo 88 - Integram o SMIA: informadores, usuários, órgãos públicos, concessionários de serviços públicos e entidades de classe.

Artigo 89 - Os agentes públicos e privados, incluindo Cartórios de Registro de Imóveis, ficam obrigados a fornecer ao DEMA, os dados e informações necessários ao SMIA.

Artigo 90 - O DEMA publicará, periodicamente, as informações analisadas, colocando-as à disposição dos informadores e usuários.

Artigo 91 - O SMIA reunirá informações sobre:

I. Cadastro e endereços eletrônicos dos órgãos federais e estaduais que geram e processam informações relativas aos recursos hídricos localizados no Município;
II. Cadastro das captações de águas superficiais e subterrâneas;
III. Cadastro dos lançamentos de águas servidas;
IV. Identificação e delimitação dos locais sujeitos a inundações;
V. Identificação e delimitação das áreas de recarga de aqüíferos subterrâneos;
VI. Localização das erosões urbanas e rurais;
VII. Localização dos processos de assoreamento;
VIII. Planta do zoneamento do território municipal, com a identificação dos usos do solo urbano e rural;
IX. Situação das diversas áreas que compõem o zoneamento municipal;
X. Receitas e despesas do FUNDEMA;

XI. Doenças de veiculação hídrica e decorrente de contaminação ambiental.

TÍTULO IV
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Artigo 92 - Constitui infração administrativa, para efeito desta lei, qualquer ação ou omissão que importe na inobservância de seus preceitos, bem como das demais normas dela decorrentes, sujeitando os infratores, pessoa física ou jurídica, a sanções penais e a obrigações de reparar os danos causados.

Artigo 93 - Constitui, ainda, infração à presente lei, iniciar a implantação ou implantar empreendimento, bem como exercer atividade que implique no desrespeito às normas de preservação e conservação dos recursos hídricos.

Artigo 94 - Sem prejuízo das demais sanções definidas pelas legislações federal, estadual ou municipal, as pessoas físicas ou jurídicas que transgredirem as normas da presente lei ficam sujeitas às sanções e penalidades previstas no Título VII do Código Municipal de Meio Ambiente.

Artigo 95 - As penalidades serão aplicadas por despacho pelo Coordenador Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo Único – Incidindo em prevaricação, o Secretário Municipal do Meio Ambiente estará sujeito a sanções de caráter funcional.

Artigo 96 - Das penalidades aplicadas cabe recurso ao COMAM, no prazo de quinze dias da notificação, mediante petição fundamentada ao seu presidente.

§ 1° – A decisão do COMAM é definitiva, passando a constituir coisa julgada no âmbito da administração pública municipal.

§ 2° – Não serão conhecidos sem o prévio recolhimento do valor pecuniário da multa imposta, em favor do FUNDEMA.

§ 3° – Julgado procedente o recurso, os valores serão devolvidos com correção, baseada nos coeficientes oficiais.

§ 4° – Os recursos impostos não têm efeito suspensivo sobre a sanção aplicada.

TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 97 - O Executivo regulamentará, por Decreto, o funcionamento do FUNDEMA.

Artigo 98 - Todas as situações que se encontram em desacordo com o que preceitua a seguinte lei e não estejam contempladas em seu texto, serão levantadas pelo DEMA e submetidas ao COMAM, que estabelecerá os procedimentos a serem seguidos pelos interessados e fixará prazos para a sua observância.

Artigo 99 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 26 de Dezembro de 2005.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Autor do projeto de lei nº 043/05: Senhor Celso Capato – Prefeito Municipal
Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi

FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 546 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2005.

DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - O Perímetro Urbano do Município da Estância Turística de Holambra estabelecido pelas Leis n.° 1.604/85 de Artur Nogueira, e 998/91 de Jaguariúna, ainda antes do desdobramento do território, e ampliada pelas Leis Municipais n.° 026/93, 095/94, 201/95, 238/96, 290/98, 300/99 e 302/99 passa a vigorar com acréscimo de ampliação de 875.849,71m² (oitocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e nove metros quadrados e setenta e um centímetros), cuja área acrescida inicia-se no: ***"Córrego Água Comprida, onde vigora o atual perímetro urbano do município, margeando a SP 107 no sentido Holambra/Santo Antonio de Posse com profundidade de 75 metros, até o ponto M-3 localizado à margem esquerda da SP 107, confrontando com a Gleba 2.1.1 no Km 30 + 180,25 metros e segue com rumo de 28°40'25" NW e uma distancia de 468,79 metros até o ponto 152, daí segue com rumo de 04°30'00" NW com distancia de 190,70 metros até o ponto 5, daí segue confrontando com a gleba 2.1.1 com rumo de 68° 35'48"NE com distancia de 404,30 metros até o ponto 2, daí segue com rumo de 79°49'45"NE com distancia de 337,50 metros até o ponto 3; daí segue com rumo de 642,00 metros, daí deflete à esquerda margeando a Rodovia SP 107 com uma profundidade de 75 metros até a divisa do Município de Holambra e Jaguariúna; daí deflete à direita atravessando a Rodovia SP 107 até encontrar o Córrego Borda da Mata, daí deflete à direita margeando o referido Córrego até encontrar o Córrego Água Comprida."***

Parágrafo 1° - Na area compreendida como Zona Industrial - ZI só serão permitidas industrias, comércios, e prestadoras de serviços de âmbito local e regional, viveiros, usos institucionais e especiais, ficando submetida às restrições urbanísticas e a norma adotada do Código de Obras do Município a área descrita e caracterizada no artigo 1° da presente Lei.

Parágrafo 2º - Na área compreendida como Zona Comercial e Prestação de Serviços - ZCS só serão permitidos comércios, prestadoras de serviços de âmbito local e regional, viveiros, usos institucionais e especiais, ficando submetida às restrições urbanísticas e a norma adotada do Código de Obras do Município a área descrita e caracterizada no artigo 1º da presente Lei e ainda, respeitando a faixa de preservação de mata de 30 metros.

Artigo 2º - Ficam submetidos às restrições urbanísticas e as normas contidas do Código de Obras do Município Lei n.º 120 de 26.12.2001, bem como o Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 121 de 28.12.2001, e posteriores alterações a área descrita e caracterizada no artigo 1º da presente Lei.

Artigo 3º - As plantas "Ampliação do Perímetro Urbano" e "Perímetro Urbano Legal", referentes ao Anexo I e Anexo II, fazem parte integrante desta Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 26 de Dezembro de 2005.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Autor do projeto de lei nº 046/05- Senhor Celso Capato - Prefeito Municipal.
Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 545 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2005

INSTITUI A SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NA CIDADE DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Passa fazer parte do calendário de comemorações oficiais do Município, a Semana da Consciência Negra que deverá ocorrer na semana de 20 de novembro de cada ano, Dia Nacional da Consciência, por ocasião da morte do líder negro Zumbi.

Artigo 2º- Durante a referida semana, as Escolas da Rede Municipal de Ensino deverão desenvolver atividades que resgatam a trajetória da luta de Zumbi e do movimento negro atual e promover a análise da situação do negro na sociedade brasileira de hoje.

Artigo 3º- A realização das atividades da Semana da Consciência Negra poderá contar com a participação das entidades do movimento negro.

Artigo 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 26 de Dezembro de 2005.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Autor do projeto de lei nº 042/05: Vereador Jose Marcos de Souza.
Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 544 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2005

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO USO DE UNIFORME AOS ALUNOS NAS ESCOLAS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Nos estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Municipal, torna-se obrigatório o uso de uniforme pelos alunos.

Parágrafo Único - O uniforme será composto de camiseta, com cores distintas para cada período, ou seja, uma cor para o período matutino, uma para o período vespertino e outra para o período noturno.

Art. 2º - As cores dos uniformes serão escolhidos pelo Conselho Municipal de Educação, sendo obrigatória a escolha de uma cor para cada período, e posterior encaminhamento ao Executivo Municipal para aprovação através de Decreto Municipal.

Art. 3º - Aos alunos comprovadamente carentes residentes no Município, que estudem na Rede Publica Municipal, que não tenham condições financeiras de adquirirem os seus uniformes, e que passarem por avaliação Social, poderão receber seus uniformes através de doação pela Prefeitura Municipal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 26 de Dezembro de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Autor do projeto de lei nº 044/05: Senhor Celso Capato - Prefeito Municipal.
Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000

C.N.P.J. 67.172.437/0001-83

Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 543 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2005.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER EXCEPCIONAL E POR PRAZO DETERMINADO PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DOS CONVÊNIOS FIRMADOS JUNTO AO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º. - Fica o Poder Executivo autorizado, para atendimento de obras dos Convênios firmados junto ao Governo do Estado de São Paulo a contratar em caráter excepcional e nos termos do inciso IX do Art. 37, da Constituição Federal, por tempo determinado, 31 (trinta e um) funcionários para o exercício temporário das atribuições correspondente a: 03 (três) Montadores de Caxaria de Cobertura; 03 (três) Montadores de Ferragens; 10 (dez) Construtores de Obras e 15 (quinze) Serventes de Pedreiro.

Artigo 2º - A contratação de que trata esta lei, será feita pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho na forma de seus artigos 443, §2º e art. 445, e dependerá da existência de recursos orçamentários.

Artigo 3º- O recrutamento de pessoal a ser contratado, nos termos desta lei, será feito mediante processo seletivo sumário e simplificado com publicação em jornal local.

Artigo 4º- As contratações com base nesta Lei, serão efetivadas na forma prevista nos artigos 443 e 445 da Consolidação das Leis do Trabalho, dependerão da existência de recursos orçamentários e terão prazo de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período mediante ato fundamentado do representante do respectivo Poder, não podendo ultrapassar seu prazo final a 24 (vinte e quatro) meses.

Artigo 5º - Os vencimentos mensais do pessoal contratado, serão de até no máximo:

- Montador de Caxaria de Cobertura - R$ 680,00
- Montador de Ferragens - R$ 680,00
- Construtor de Obras - R$ 750,00
- Servente de Pedreiro - R$ 350,00

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria, a ser suplementada se necessário.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 26 de Dezembro de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Autor do projeto de lei nº 047/05: Senhor Celso Capato – Prefeito Municipal
Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 542 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2005.

ALTERA O ARTIGO 3º DA LEI Nº 403 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica alterado o Artigo 3º da Lei Ordinária Municipal nº 403 de 26 de Novembro de 2001, que passa a ter a seguinte redação:

" Artigo 3º.- A dívida será quitada em 240 (duzentas e quarenta) parcelas, corrigidas anualmente pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, consoante cálculos autuariais elaborados junto ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal e Atuário registrado no Instituto Brasileiro de Atuaria – IBA na categoria MIBA, sob o nº 9898 em 14/09/1998."

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 01 de Dezembro de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Autor do projeto de lei nº 040/2005: Senhor Celso Capato – Prefeito Municipal.
Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 541 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2005

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, DELEGANDO O EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA DE TRÂNSITO ATRIBUIDAS AO MUNICÍPIO PELA LEI Nº 9.503/97.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo do Município da Estância Turística de Holambra, autorizado a celebrar, com o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Segurança Pública, objetivando disciplinar as atividades previstas no Código de Trânsito Brasileiro, convênio delegando as competências de trânsito atribuídas ao Município, pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Artigo 2º - As despesas eventualmente decorrentes da presente Lei e da execução do convênio correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas quando necessário.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 01 de Dezembro de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Autor do projeto de lei nº 036/2005: Senhor Celso Capato - Prefeito Municipal
Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 540 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2005.

DISPÕE SOBRE CORREÇÃO DE GRAFIA DE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO NO CENTRO.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica corrigida a grafia de denominação de logradouro, conforme consta da Lei nº 179, de 22 de junho de 1995, no ano item 15, localizado no "CENTRO", passando a ter a seguinte redação:

15 - de Rua Gildo Grigol para Rua Gildo Gregório.

Artigo 2º- As despesas com a execução desta Lei, correrão pelas dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 01 de Dezembro de 2005.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Autor do projeto de lei nº 039/2005: Sra. Naiara Regitano Hendrikx, Vereadora Municipal.
Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000

C.N.P.J. 67.172.437/0001-83

Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 539 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2005.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR VERBAS ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica a Contadoria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, autorizada a suplementar um crédito adicional especial na importância abaixo discriminada, a seguinte verba:

CODIFICAÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	*VALOR*
11- Educação	
07 - Ensino Médio	
123620040.2.042000- Manutenção das Atividades do Ensino Médio	
3.3.90.39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	*R$ 89.000,00*

Artigo 2° - Para a suplementação do referido crédito serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária em execução:

CODIFICAÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	*VALOR*
10- FUNDEF	
02- FUNDEF 40%	
123610022.2.017000 - Manutenção das Atividades - FUNDEF 40%	
3.3.90.30 - Material de Consumo	*R$ 89.000,00*

Artigo 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, retroagindo seus efeitos legais à data de 01 de fevereiro de 2005.

Artigo 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 01 de Dezembro de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Autor do projeto de lei nº 038/2005: Senhor Celso Capato, Prefeito Municipal.
Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

LEI Nº 538 DE 21 DE OUTUBRO DE 2005.

DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO NOS BANCOS DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º – Ficam as agências bancárias, no âmbito do Município da Estância Turística de Holambra, obrigadas a colocar à disposição dos usuários, pessoal suficiente para que o atendimento seja efetivado em tempo razoável.

Artigo 2º – Para efeito desta Lei considera-se:

I – Cliente: todo consumidor que, no âmbito da agência bancária e posto de atendimento, utilizar-se de caixas e dos equipamentos de auto-atendimento;

II – Fila de atendimento: aquela que conduz o cliente aos caixas e equipamentos de auto-atendimento;

III – Tempo de espera: aquele computado desde a entrada do cliente na fila de atendimento até o início deste.

Parágrafo Único – Para cumprimento do disposto no inciso III deste artigo, as agências e postos de atendimento dos estabelecimentos bancários deverão entregar senha de atendimento aos clientes, na qual será computado, mediante impresso mecânico, o tempo de espera.

Artigo 3º – Para os efeitos desta Lei, entende-se como tempo razoável para atendimento:

I – Até **15 (quinze)** minutos em dias normais;

II – Até **20 (vinte)** minutos em véspera ou após feriados prolongados;

III – Até **25 (vinte e cinco)** minutos nos dias de pagamentos dos funcionários públicos municipais, estaduais e federais, de vencimentos de

contas de concessionária de serviços públicos e de recebimentos de tributos municipais, estaduais e federais.

§ 1º – Os bancos ou suas entidades representativas informarão ao órgão encarregado de fazer cumprir esta Lei as datas mencionadas nos incisos II e III.

§ 2º – O tempo máximo de atendimento referido nos incisos I, II e III leva em consideração o fornecimento normal dos serviços essenciais à manutenção das atividades bancárias, tais como energia, telefonia e transmissão de dados.

Artigo 4º – As agências bancárias têm o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Lei, para adaptarem-se às suas disposições.

Artigo 5º – O não cumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator às seguintes punições;

I – Advertência;

II – Multa de **R$ 1.000,000 (Um mil reais)**;

III – Multa de **R$ 2.000,000 (Dois mil reais)**;

IV – Suspensão de Alvará de Funcionamento, após a 5ª (quinta) reincidência.

Artigo 6º – Ficam as agências bancárias obrigadas a divulgar o tempo máximo de espera para atendimento, em local visível, mural ou cartaz com dimensão mínima de 60cm (sessenta centímetros) de altura por 50cm (cinqüenta centímetros) de largura.

Artigo 7º – A denúncia deverá ser apresentada junto ao Departamento Administrativo da municipalidade, no prazo máximo e improrrogável de até 02 (dois) dias úteis, contados da data da ocorrência do fato denunciado, mediante Termo de Denúncia acompanhado de comprovante de seu tempo de espera, na hipótese prevista no inciso I do artigo 3º anterior.

1 – O Termo de Denúncia conterá, sob pena de invalidade, nome completo do denunciante, número da carteira de identidade, endereço

residencial e assinatura do cliente/denunciante e de duas testemunhas do fato denunciado, bem como nome e endereço da agência bancária ou posto de atendimento, objeto de denúncia.

2 – Fica dispensado a utilização de formulário oficial para elaboração do Termo de Denúncia.

3 – As denúncias apresentadas contra uma mesma agência bancária ou posto de atendimento, no mesmo dia, acarretarão a aplicação de uma só penalidade.

Artigo 8º – A aplicação de qualquer penalidade está condicionada a prévia notificação da agência bancária ou posto de atendimento, por meio de correspondência com aviso de recebimento a ser expedida pelo Departamento Administrativo da municipalidade no prazo de 03 (três) dias contados do recebimento da denúncia.

§ 1º – Da data do recebimento da notificação, a agência bancária ou o posto de atendimento terão o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa.

§ 2º – Não apresentada defesa ou na hipótese de seu desacolhimento, o Departamento Administrativo da municipalidade aplicará a penalidade cabível, nos termos da Lei.

§ 3º – Da data do recebimento da correspondência relativa à aplicação da penalidade, caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias dirigido ao Diretor do Departamento Administrativo da municipalidade.

§ 4º – Os recursos interpostos em decorrência da aplicação de penalidade têm efeito suspensivo e serão julgados no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, desde que devidamente motivado.

Artigo 9º – Os efeitos decorrentes da imposição de qualquer das penalidades com relação à penalidade mais grave, extinguem-se 60 (sessenta) dias após sua aplicação.

Artigo 10 – A denúncia relativa ao fato novo apresentado após a aplicação de qualquer sanção acarretará nova penalidade, salvo se existir recurso pendente de julgamento.

Artigo 11 – Todos os atos e as decisões relativos à aplicação desta Lei deverão ser motivados.

Artigo 12 – Os recursos advindos das multas serão destinados ao Fundo de Assistência Social do Município.

Artigo 13 – Admite-se como meio de prova a indicação de testemunhas, senhas entregues pela agência bancária, pelo Sindicato dos Bancários, ou pelos funcionários da Instituição, fotografias com os respectivos negativos e que contenham a data e o horário do registro fotográfico, bem como formas que possam comprovar tempo de permanência dos clientes no respectivo estabelecimento.

§ 1º – Não serão admitidas denúncias anônimas, que não indiquem no meio da prova ou que deixem de apontar os dados básicos para a identificação do estabelecimento bancário, do dia e o horário do descumprimento da Lei.

§ 2º – Admitir-se a indicação de testemunha para comprovação dos fatos alegados, sendo facultada à apresentação de declarações escritas que deverão descrever o fato testemunhado, citando a hora, dia e local que ocorreram.

§ 3º – Na hipótese de fazer-se necessário a oitiva de testemunhas, as partes deverão ser informadas do dia e hora do depoimento das mesmas, sendo-lhes facultada a presença nos respectivos depoimentos.

§ 4º – É permitida a indicação de, no máximo, duas testemunhas para comprovar a alegação.

Artigo 14 – Encerrada a instrução do processo compete ao Departamento Administrativo da municipalidade exarar a decisão administrativa devidamente motivada, no sentido da comprovação ou não do descumprimento da Lei.

Parágrafo Único – Para avaliação da prova produzida, a autoridade administrativa utilizar-se dos princípios aplicáveis ao Código de Defesa do Consumidor, inclusive quando a inversão do ônus da prova.

Artigo 15 – Denúncia, para fins de aplicação das sanções previstas nesta Lei, poderá ser feita por qualquer cliente quando:

I – O tempo de espera tenha sido superior ao estabelecido no Artigo 3º.

II – As agências e/ou os postos de atendimento dos estabelecimentos bancários não disponibilizarem os meios necessários para o cômputo do tempo de espera nos termos do parágrafo único do artigo anterior.

§ 1º – Não será considerada infração à Lei, desde que devidamente comprovado, quando a não observância do tempo de espera previsto no inciso I decorrer de:

III – Força maior, tais como falta de energia elétrica e problemas relativos à telefonia e transmissão de dados.

IV – Greve.

Artigo 16 – Na hipótese de descumprimento da Lei compete ao Diretor do Departamento Administrativo da municipalidade aplicar a penalidade, na forma da Lei.

Artigo 17 – Não se considera para efeito de reincidência denúncia apurada e comprovada após regular processo administrativo, que tenham ocorrido no mesmo dia.

Artigo 18 – A parte denunciante e o estabelecimento bancário deverão ser notificados da decisão administrativa.

Artigo 19 – Para fins de cumprimento do inciso IV do Artigo 5º desta Lei, ao Departamento Administrativo da municipalidade deverá manter cadastro dos processos referentes às denúncias formuladas pelo prazo de cinco dias.

Parágrafo Único – Compete ao servidor que instruir o processo administrativo consultar o cadastro a que se refere o "caput", bem como certificar nos autos do processo administrativo a existência ou não de punição prévia do estabelecimento bancário.

Artigo 20 – O Departamento Administrativo da municipalidade organizará a rotina para a fiscalização do cumprimento desta Lei, sem prejuízo do permanente exercício da fiscalização do cumprimento das Leis municipais.

Artigo 21 – Serão remetidas cópias dos procedimentos instalados ao Departamento Competente da municipalidade e até do Ministério Público Estadual se entenderem necessário.

Artigo 22 – O Sindicato dos Bancários poderá auxiliar no cumprimento da presente Lei, divulgando a forma de seu exercício, recebendo as denúncias e remetendo-se ao Departamento Administrativo da municipalidade.

Parágrafo Único – As denúncias recebidas por intermédio do Sindicato submetem-se a todo o regramento das demais, inclusive quanto a necessidade de comprovação da denúncia.

Artigo 23 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 24 – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de Outubro de 2005.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Autores do projeto de lei nº 028/2005: Vereadores Iran Daier Brunhani, Naiara Regitano Hendrikx e Jose Marcos de Souza.

Fabiana k. Rossi

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 537 DE 21 DE OUTUBRO DE 2005

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER AJUDA DE CUSTO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O DELEGADO DE POLICIA CIVIL DO MUNICIPIO DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovóu e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ajuda de custo, no valor de R$ 900,00 (novecentos reais) mensais, pelo período de 12 (doze) meses a contar da promulgação da presente lei, para o fim especifico de locação do imóvel residencial a ser utilizado pelo Delegado de Policia Civil do Município.

Artigo 2° - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de Outubro de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Autor do projeto de lei nº 037/2005: Senhor Celso Capato – Prefeito Municipal

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 535 DE 06 DE OUTUBRO DE 2005

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI ORDINÁRIA Nº 465, DE 30 DE JUNHO DE 2003.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º – Fica alterado o artigo 1º da Lei Ordinária nº 465 de 30 de junho de 2003, que passa a ter a seguinte redação:

"**Artigo 1º – Fica assegurado o pagamento de 50% (cinqüenta por cento) do valor realmente cobrado para o ingresso em casas de diversão, praças desportivas, eventos culturais, exposições e similares, no âmbito do Município da Estância Turística de Holambra, aos Professores da Rede Pública Municipal, Estadual e Privada de Ensino, em exercício neste Município**".

Artigo 2º – O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de 30 (trinta) dias.

Artigo 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 06 de outubro de 2005.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.
Autor(a) do projeto de lei nº 032/2005 – Vereadora Naiara Regitano Hendrikx .

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 536 DE 06 DE OUTUBRO DE 2005

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FDE PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA ESCOLA DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a assinar Termos de Convênio e Aditivos com a Secretaria de Estado da Educação através da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, para o desenvolvimento das ações do Programa Escola da Família no Município da Estância Turística de Holambra.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 06 de Outubro de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.
Autor do projeto de lei nº 035/2005 : Sr. Celso Capato – Prefeito Municipal

Juliana K. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 534 DE 06 DE OUTUBRO DE 2005

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A CONCEDER ALVARÁ A PROFISSIONAIS INFORMAIS, FORA DA ÁREA COMERCIAL.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º – Os profissionais como: cabeleireiros (as), pedicuros, manicuras, pedóloga, massagistas, lavanderias (não industriais), costureiras, alfaiates e esteticistas, ficam autorizados pelo Chefe do Poder Executivo a prestarem estes tipos de serviços fora da área comercial do Município, desde obedecidos os seguintes critérios:

I – estes estabelecimentos só serão permitidos desde que não ocupem área superior a 25,00 metros quadrados em duas residências;

II – deverão estar devidamente cadastrados junto ao Departamento competente da Municipalidade;

III – deverão também obedecer todos os critérios de saúde, higienização e bem estar para os seus clientes.

Artigo 2º – Os profissionais que ainda não estiverem devidamente cadastrados junto ao Departamento competente da Municipalidade deverão fazê-lo dentro do prazo máximo e improrrogável de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei.

Artigo 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 06 de outubro de 2005.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Autor do projeto de lei nº 024/2005: Vereador Iran Daier Brunhani

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 533 DE 22 DE SETEMBRO DE 2005

REVOGA A LEI Nº 517 DE 08 DE ABRIL DE 2005.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica revogada a Lei nº 517 de 08 de Abril de 2005.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 08 de abril de 2005.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de setembro de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 532 DE 22 DE SETEMBRO DE 2005.

PROÍBE USO DE CEROL OU DE QUALQUER MATERIAL CORTANTE EM LINHAS OU FIOS USADOS PARA EMPINAR PIPAS NO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei :

Artigo 1º- Fica proibido no Município de Holambra o uso de cerol ou de qualquer material cortante em linhas ou fios usados para empinar pipas ou similares, bem como, o uso de tais materiais na própria pipa e nas rabiolas das mesmas.

Parágrafo Único – Entende-se por cerol o produto originário da mistura de cola de madeira com vidro moído.

Artigo 2º- Ao infrator do disposto no artigo anterior serão impostas as seguintes penalidades, observando-se os critérios:

I- Se maior de idade:

a. apreensão do material instrumento da infração – manivela ou carretilha, linha pipa ou similares;

b. multa de R$ 100,00 (cem reais);

c. multa em dobro, em caso de reincidência.

II- Se menor de idade:

a. apreensão do material instrumento da infração – manivela ou carretilha, linha, pipa ou similares;

b. advertência, por escrito, aos pais ou responsáveis por parte da autoridade fiscalizadora, na primeira vez que foram cometida infração a esta Lei;

c. multa de R$ 100,00 (cem reais) aplicada aos pais ou responsáveis, no caso de reincidência.

Parágrafo Único – Os valores de que tratam os incisos deste, deverão ser corrigidos e atualizados anualmente, pelo índice adotado pelo Município.

Artigo 3º- Qualquer pessoa do povo poderá solicitar concurso da Guarda Municipal ou das autoridades fiscalizadoras do Município, ao constatar o uso dos materiais descritos no artigo 1º desta Lei.

Artigo 4º- O Poder Executivo, no que couber, regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Artigo 5º- As eventuais despesas advindas da execução desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Artigo 6º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 22 de setembro de 2005.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Autor do Projeto de Lei nº 027/2005 – Vereador Iran Daier Brunhani.
Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 531 DE 18 DE AGOSTO DE 2005.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR VERBAS ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Contadoria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, autorizada a suplementar um crédito adicional especial na importância abaixo discriminada:

CODIFICAÇÃO	VALOR
3- Finanças	
03 - Tributação	
041290010.1.04100 - Programa de Modernização da Administração Tributária - PMAT	
4.4.90.35 - Serviços de Consultoria	R$ 3.000,00
4.4.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	R$ 35.000,00
4.4.90.51 - Obras e Instalações	R$ 1.000,00
4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	R$ 1.000,00
Equipamentos e Material Permanente	
TOTAL	**R$ 40.000,00**

Artigo 2º - Para a suplementação do referido crédito serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária em execução:

CODIFICAÇÃO	VALOR
2- Adminsitração e Dependências	
05- Guarda Municipal	
061810006.2.006000 - Manutenção das Atividades da Guarda Municipal	
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 40.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, retroagindo seus efeitos legais à data de 08 de abril de 2005.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 515 de 17 de agosto de 2005.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 18 de Agosto de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 530 DE 18 DE AGOSTO DE 2005

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIOS COM A SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Secretaria de Turismo, visando a execução de obras, projetos ou realização de obras, projetos ou realização de eventos de natureza turística ou esportiva.

Artigo 2º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de dotação consignada no Orçamento Vigente.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 243/1997.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 18 de agosto de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 526 DE 20 DE MAIO DE 2005

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O NÚCLEO DE ARTESÃOS DE HOLAMBRA - NAH.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o NÚCLEO DE ARTESÃOS DE HOLAMBRA - NAH.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de Junho de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 527 DE 20 DE JUNHO DE 2005.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E PARCELAMENTO COM O INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento com o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, no importe total de R$ 125.748,20 (cento e vinte e cinco mil, setecentos e quarenta e oito reais e vinte centavos), valor este referente aos termos de parcelamentos a seguir discriminados:

a) 1º Termo de Parcelamento referente aos meses de Abril e Maio do ano de 2004, perfazendo o valor total de R$ 40.633,61 (quarenta e um mil seiscentos e trinta e três reais e sessenta e um centavos).

b) 2º Termo de Parcelamento referente aos meses de Julho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro do ano de 2004, perfazendo o valor total de R$ 85.114,59 (oitenta e cinco mil cento e quatorze reais e cinqüenta e nove centavos).

Artigo 2º - As condições de confissão de dívida e parcelamento vão estabelecidas conforme Minuta em anexo, que faz parte integrante da presente Lei, a ser assinado entre o Município da Estância Turística de Holambra e o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

Artigo 3º - A dívida será quitada em 28 (vinte e oito) parcelas corrigidas mensalmente, consoante cálculos elaborados junto ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta da abertura de Crédito Adicional Especial, autorizando a Contadoria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, a suplementar na importância abaixo discriminada, a seguinte verba:

CODIFICAÇÃO	VALOR
03- Finanças 01- Tesouraria e Encargos Especiais 288430000.0.002000 - Amortização do Parcelamento com o INSS 4.6.90.71 - Principal da Dívida Contratual Resgatado	R$ 90.000,00

Artigo 5º - O Crédito Adicional Especial de que trata o artigo 4º, será coberto com recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

CODIFICAÇÃO	VALOR
06- Obras e Serviços Urbanos 01- Obras e Serviços Urbanos Gerais 154510029.1.013000 - Construção, Reforma e Ampliação de Galerias de Águas Pluviais 4.4.90.51 - Obras e Instalações	R$ 40.000,00
CODIFICAÇÃO	**VALOR**
06- Obras e Serviços Urbanos 03- Serviços Funerários 154520036.1.018000 - Construção do Velório Municipal 4.4.90.51 - Obras e Instalações	R$ 50.000,00

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais à data de 21 de Março de 2005.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de Junho de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 528 DE 20 DE JUNHO DE 2005.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE HOLAMBRA A PERMUTAR OS LOTES 4-C DA QUADRA J, COM 1.902,19 M², E 01 DA QUADRA D, COM 2.147,72M², DO LOTEAMENTO HOLAMBRA, COM O LOTE A6 DA SEÇÃO A DA GLEBA G, COM 8.109,31 M² DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE HOALMBRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprova, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Município de Holambra autorizado a PERMUTAR os bens imóveis do Loteamento Holambra, registrados sob as matrículas nº 48.724 e 48.103, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim - SP, assim descritos e caracterizados, respectivamente, "**lote de terreno designado pelo nº 4-C, da Quadra J, do Loteamento Holambra, situado no município de Holambra, desta comarca, com a área de 1.902,19m², assim descrito: medindo 88,85m de frente para a Rua das Tulipas; em um dos lados confrontando com o lote 4-B, mede 48,12m, em linha reta até um ponto que daí defletindo à direita, seguindo em linha reta, por 45,19m, que daí deflete à esquerda e segue em linha reta, 14,80m, até um ponto cravado numa barroca; daí segue barroca abaixo, 100,75m, até o ponto 9 da descrição memorial do loteamento**" e "**lote de terreno nº 01 da quadra 'D', do loteamento denominado Holambra, situado na Fazenda Ribeirão, no Município de Holambra, desta comarca, com a área de 2.147,72m², medindo 30,24m de frente para a Rua Rota dos Imigrantes; 9,29m em curva, esquina da referida via pública com a Rua Dr. Doria Vasconcelos; 56,35m de frente para a Rua Dr. Doria Vasconcelos; 38,78m confrontando com o lote 04; e 65,55m confrontando com o lote 02**", com o imóvel de propriedade da COOPERATIVA AGROPECUÁRIA HOLAMBRA – CAPH, registrado sob a matrícula nº 42.085 e cadastro imobiliário sob nº 10004000101-0, assim descrito: "**lote A6 da Seção A da Gleba G, com 8.109,31m²; Começa a presente linha divisória no ponto G1, cravado na esquina da Rua Ignácio Fonseca, esquina com a Alameda Maurício de Nassau; daí segue confrontando com a Alameda Maurício de Nassau, com rumo e distância de 07º 10' 55"NE e 69,36m até o ponto G2, cravado na margem da Alameda Maurício de Nassau e divisa com terras do Centro Social Holandês; daí deflete a esquerda e segue confrontando com terras do Centro Social Holandês, com rumo e distância de 82º44'59"SW e 80,11m até o ponto G4, cravado na divisa das terras do Centro Social Holandês e na margem da rua Ignácio Fonseca; daí deflete a esquerda e segue confrontando com a Rua Ignácio Fonseca e Alameda Maurício de Nassau, em**

curva de concordância, numa distância de 14,18m (raio de 9,00m) até o ponto G1, que serviu de partida e finda o presente memorial", avaliados no total de R$ 1.125.473,00 (um milhão cento e vinte e cinco mil quatrocentos e setenta e três reais), conforme Laudo de Avaliação que faz parte integrante da presente lei.

Artigo 2º - A permuta se dá pela troca, pura e simples dos imóveis descritos no artigo 1º, sem adicionais de quaisquer valores, na forma estabelecida no Termo de Permuta de Bens Imóveis (Público e Privado) que faz parte integrante da presente lei.

Artigo 3º - A transferência dos imóveis objetos da permuta se dará com o registro da escritura definitiva junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Mogi Mirim entrando as partes na posse precária dos bens e rateando-se em iguais proporções as despesas decorrentes da lavratura das escrituras.

Artigo 4º - O fornecimento de água da região central do Município de Holambra continuará a ser realizado pela Cooperativa Agropecuária de Holambra até 31 de dezembro de 2005, quando estará terminada a construção da Estação de Tratamento de Água.

Artigo 5º - O custo de fornecimento e operacionalização da água será cobrado pela Cooperativa Agropecuária de Holambra, enquanto esta proceder ao fornecimento, diretamente do usuário.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de Junho de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 529 DE 20 DE JUNHO DE 2005

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER O LOTE 12-B DA QUADRA "D" COM ÁREA DE 300,48 M2 EM DAÇÃO DE PAGAMENTO DE DÉBITO FISCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Município da Estância Turística de Holambra autorizado a receber em DAÇÃO DE PAGAMENTO, o bem imóvel subdividido nos termos do projeto aprovado pela Prefeitura Municipal de Holambra (doc. incluso), do loteamento Santo Antônio, registrado sob a matrícula 13.929, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim - SP, sem matrícula aberta, conforme Certidão, avaliado em R$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), assim descrito e caracterizado: " um lote nº 12-B da Quadra D do Loteamento Santo Antônio, em Holambra - SP, com área de 300,48 m2, com frente para a Rua A atual Rua Sebastião P. da Silva, para qual mede 34,62m, por 25,00 m na linha do fundo, confrontando com o lote 2, por 27,00 no lado direito confrontando com o lote 12-A, pertencente a RODRIGUES & ALMEIDA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 51.313.542/0001-55, neste ato representada por seu proprietário APARÍCIO DE ALMEIDA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n.º 4.254.123 e inscrito no CPF/MF sob n.º 317.913.878-53, residente e domiciliado à Rua Cordenile, n.º 147, Parque Residencial Groot, no Município de Holambra - SP, em Dação de Pagamento de Dívida relativa aos seguintes débitos:

§ 1º – O valor de R$12.796,94 (Doze mil setecentos e noventa e seis reais e noventa e quatro centavos), conforme inclusa Certidão e Relatório do Departamento de Lançadoria e R$ 1.594,31 (mil quinhentos e noventa e quatro reais e trinta e um reais), de custas processuais e honorários advocatícios, conforme Relatório do Departamento Jurídico, no TOTAL de R$ 14.391,25 (quatorze mil e trezentos e noventa e um reais e vinte cinco reais).

§ 2º - A dívida ativa dos referidos cadastros descritos na inclusa Certidão e Relatório do Departamento de Lançadoria, são objetos dos Processos de Execução Fiscal n.º 813/2003, que tramita perante a 1º Vara de Execução Fiscal; Processo n.º 827/2005 que tramita perante a 2º Vara de Execução Fiscal e Processo de Execução Fiscal n.º,588/2003 e 402/2003, que tramitam perante a 3º Vara de Execução Fiscal todos da Comarca de Mogi Mirim – SP, em nome de APARÍCIO DE ALMEIDA, bem como, Processos n.º 1035/2001 e Processo n.º 827/2005 que tramitam perante a 1º Vara de Execução Fiscal; Processo n.º 801/2003 que tramita perante a 2º Vara de Execução Fiscal da Comarca de Mogi Mirim – SP, em nome de RODRIGUES E ALMEIDA LTDA, conforme Termo de

Acordo de Dação em Pagamento, Laudos de avaliação e Certidão, Relatório do Departamento de Lançadoria que fazem parte integrante da presente lei.

§ 3º - O Município após a lavratura e registro da Escritura dará a total quitação ao Contribuinte.

Artigo 2º - O valor remanescente de R$ 108,75 (cento e oito reais e setenta e cinco centavos) da presente dação em pagamento de dívida serão compensados no pagamento de eventuais despesas que possam recair sob a presente dação em pagamento.

Artigo 3º - A escritura de dação do bem imóvel deverá ser firmada dentro de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei, ficando as despesas decorrentes com a lavratura e registro da escritura a cargo de ambas as partes em proporções iguais.

Artigo 4º - A não lavratura da Escritura implicará no cancelamento do acordo.

Artigo 5º - Fica autorizado o Município após a lavratura e registro da Escritura, dar as devidas baixas e cancelamento junto ao Livro da Dívida Ativa, bem como providenciar a extinção dos Processos de Execução Fiscal n.º n.º 813/2003, que tramitam perante a 1º Vara de Execução Fiscal; Processos n.º 827/2005; que tramitam perante a 2º Vara de Execução Fiscal e Execução Fiscal n.º 588/2003; 402/2003, que tramitam perante a 3º Vara de Execução Fiscal todos da Comarca de Mogi Mirim – SP, em nome de APARÍCIO DE ALMEIDA, bem como, Processo n.º 1035/2001, 827/2005 em tramite perante a 1º Vara de Execução Fiscal; Processo n.º 801/2003 em tramite perante a 2º Vara de Execução Fiscal da Comarca de Mogi Mirim – SP, em nome de RODRIGUES E ALMEIDA LTDA.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de Junho de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

LEI N.º 522 DE 20 DE ABRIL DE 2005

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR O DESTACAMENTO DA POLÍCIA CIVIL NO MUNICÍPIO PARA FINS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a formalizar contrato de locação do imóvel situado a Rua Dr. Jorge Latour, nº 393, Centro, Holambra, com fim específico de cessão ao Governo do Estado de São Paulo, para sede do Destacamento da Polícia Civil do Município, nos termos da minuta de convênio constante do Anexo Único desta Lei.

Artigo 2º - A locação terá prazo de 12 (doze) meses a contar de 25 de abril de 2.005 a 25 de abril de 2.006, prorrogável por igual período, com valor mensal de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), perfazendo o valor anual de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais) corrigidos anualmente pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo Federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de Abril de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

LEI Nº 521 DE 14 DE ABRIL DE 2005.

DÁ DENOMINAÇÃO AS VIAS PÚBLICAS DO PARQUE RESIDENCIAL IMIGRANTES.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - As vias e logradouros públicos que constituem o loteamento denominado de "**Parque Residencial Imigrantes**" passam a ter as seguintes denominações, com o consentimento das famílias:

I - Ruas:
I - de Rua Projetada 01: **Rua Hermans**
II - de Rua Projetada 02: **Rua Schoenmaker**
III - de Rua Projetada 03: **Rua Miltemburg**
IV - de Rua Projetada 04: **Rua Stapelbroek**
V - de Rua Projetada 05: **Rua Walravens**
VI - de Rua Projetada 06: **Rua Scheltinga**
VII - de Rua Projetada 07: **Rua Vermeulen**
VIII - de Rua Projetada 08: **Rua Flipsen**
IX - de Rua Projetada 09: **Rua Salvador Perez**
X - de Rua Projetada 10: **Rua Graat**
XI - de Rua Projetada 11: **Rua Maandonks**
XII - de Rua Projetada 12: **Rua Jeuken**
XIII - de Rua Projetada 13: **Rua Nabuurs**
XIV - de Rua Projetada 14: **Rua Meulman**
XV - de Rua Projetada 15: **Rua Nijssen**
XVI - de Rua Projetada 16: **Rua Wagemaker**
XVII - de Rua Projetada 17: **Rua Bruins**
XVIII - de Rua Projetada 18: **Rua de Wit**
XIX - de Rua Projetada 19: **Rua Segeren**
XX - de Rua Projetada 20: **Rua Klein Gunnewiek**
XXI - de Rua Projetada 21: **Rua Pennings**
XXII - de Rua Projetada 22: **Rua Van Aken**
XXIII - de Rua Projetada 23: **Rua Vlieg**

II - Logradouros:
De Avenida Projetada 01: **Avenida Scholten**
De Avenida Projetada 02: **Avenida de Bruin**
De Avenida Projetada 03: **Avenida Eltink**
De Avenida Projetada 04: **Avenida Hendrikx**

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

Artigo 2º- A área verde e sistema de lazer localizada entre as ruas projetadas 7, 8, 17 e 18, passa doravante a ter a denominação oficial de **"Praça Plagge"**.

Artigo 3º- A área verde localizada de frente para a Avenida Projetada 04, passa doravante a ter a denominação oficial de **"Praça Domhof"**.

Artigo 4º- A área verde localizada de frente para a Rua Projetada 23, passa doravante a ter a denominação oficial de **"Praça Welle"**.

Artigo 5º- As despesas com a execução desta Lei, correrão pelas dotações próprias do orçamento vigente.

Artigo 6º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 14 de Abril de 2005.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Projeto de Lei Substitutivo Total nº 001/2005 de autoria da Vereadora: Naiara Regitano Hendrikx.
Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 520 DE 14 DE ABRIL DE 2005

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR A BIBLIOTECA MUNICIPAL E O ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a renovar contrato de locação do imóvel sito à Rua Campo de Pouso, n.º 741, Centro, Holambra, com fim específico de servir de sede da Biblioteca Municipal e o Arquivo Público Municipal.

Artigo 2º - A locação terá prazo de 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2.005 a 01 de janeiro de 2.006, prorrogável por igual período sendo o valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), corrigidos anualmente pelo IGPM, (Índice Geral de Preços do Mercado) ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo Federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2.005.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 14 de Abril de 2005.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N. º 519 DE 08 DE ABRIL DE 2005.

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a formalizar contrato de locação do imóvel situado à Rua Primavera, nº 1.441 – Q "L" – Lotes 6A e 6B, Município de Holambra, com fim específico de servir de sede do Departamento Municipal de Educação.

Artigo 2º - A locação terá prazo de 02 (dois) anos a contar de 14 de janeiro de 2.005 a 14 de janeiro de 2.007, prorrogável por igual período, sendo o valor do aluguel mensal de R$ 3.000,00 (três mil reais), perfazendo o valor total anual de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) corrigidos anualmente pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo Federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 14 de janeiro de 2.005.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 08 de Abril de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N. º 519 DE 08 DE ABRIL DE 2005.

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a formalizar contrato de locação do imóvel situado à Rua Primavera, nº 1.441 – Q "L" – Lotes 6A e 6B, Município de Holambra, com fim específico de servir de sede do Departamento Municipal de Educação.

Artigo 2º - A locação terá prazo de 02 (dois) anos a contar de 14 de janeiro de 2.005 a 14 de janeiro de 2.007, prorrogável por igual período, sendo o valor do aluguel mensal de R$ 3.000,00 (três mil reais), perfazendo o valor total anual de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) corrigidos anualmente pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo Federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 14 de janeiro de 2.005.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 08 de Abril de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

LEI N.º 518 DE 08 DE ABRIL DE 2005

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR O DESTACAMENTO DA POLÍCIA MILITAR NO MUNICÍPIO PARA FINS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a firmar contrato de locação do imóvel sito a Rua Campo de Pouso, nº 612, Bairro Centro, Município de Holambra, com fim específico de cessão ao Governo do Estado de São Paulo, para sede do Destacamento da Polícia Militar do Município, nos termos do Termo de Convênio constante do Anexo Único desta Lei.

Artigo 2º - A locação terá prazo de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período sendo o valor de R$ 1.300,00 (Um mil e trezentos reais) mensais perfazendo o valor total anual de R$15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais) , corrigidos anualmente pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo Federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais à data de 03 de Janeiro de 2005.

Artigo 6º -Revogam -se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 08 de Abril de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 517 DE 08 DE ABRIL DE 2005.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica aberto na Divisão de Câmara Municipal, da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 90.000,00 (Noventa mil reais), obedecidas as classificações Institucional, Funcional-Programática e Econômica abaixo discriminadas:

01.....	Câmara Municipal
01.....	Câmara Municipal
4.0.00.00.00.0000.....	Despesas de Capital
4.4.90.61.....	Aquisição de Imóveis
TOTAL.....	R$ 90.000,00

Artigo 2º - O Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, será coberto com recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações:

01.01.3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$ 30.000,00
01.01.3.3.90.30	Material de consumo	R$ 15.000,00
01.01.3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 25.000,00
01.01.4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	R$ 20.000,00
TOTAL		R$ 90.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 08 de Abril de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 517 DE 08 DE ABRIL DE 2005.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica aberto na Divisão de Câmara Municipal, da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 90.000,00 (Noventa mil reais), obedecidas as classificações Institucional, Funcional-Programática e Econômica abaixo discriminadas:

01.....	Câmara Municipal
01.....	Câmara Municipal
4.0.00.00.00.0000.....	Despesas de Capital
4.4.90.61.....	Aquisição de Imóveis
TOTAL.....	R$ 90.000,00

Artigo 2º - O Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, será coberto com recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações:

01.01.3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$ 30.000,00
01.01.3.3.90.30	Material de consumo	R$ 15.000,00
01.01.3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 25.000,00
01.01.4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	R$ 20.000,00
TOTAL		R$ 90.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 08 de Abril de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 516 DE 08 DE ABRIL DE 2005.

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE META NO PLANO PLURIANUAL 2002/2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica incluído no Anexo I do Plano Plurianual 2002/2005 referente ao Código/ Programa 010- Processo Legislativo, a seguinte Meta:

- Aquisição de terreno para a construção do Prédio da Câmara Municipal.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 08 de Abril de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 516 DE 08 DE ABRIL DE 2005.

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE META NO PLANO PLURIANUAL 2002/2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica incluído no Anexo I do Plano Plurianual 2002/2005 referente ao Código/ Programa 010- Processo Legislativo, a seguinte Meta:

- Aquisição de terreno para a construção do Prédio da Câmara Municipal.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 08 de Abril de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 515 DE 08 DE ABRIL DE 2005.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Contadoria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, autorizada a suplementar um crédito adicional na importância abaixo discriminada:

CODIFICAÇÃO	**VALOR**
3- Finanças	
03 - Tributação	
041290010.1.04100 - Programa de Modernização da Administração Tributária - PMAT	
4.4.90.35 - Serviços de Consultoria	R$ 3.000,00
4.4.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	R$ 35.000,00
4.4.90.51 - Obras e Instalações	R$ 1.000,00
4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	R$ 1.000,00
Equipamentos e Material Permanente	
TOTAL	**R$ 40.000,00**

Artigo 2º - Para a suplementação do referido crédito especial serão utilizados recursos provenientes da Operação de Crédito Interna, destinado ao Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT), conforme o disposto no Artigo 7º, combinado com os Artigos 42 e 43,§1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 08 de Abril de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 514 DE 11 DE MARÇO DE 2005

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SÃO PAULO – SEBRAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a assinar Termos de Convênio e Aditivos com o SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SÃO PAULO – SEBRAE/SP para a implantação e manutenção do POSTO DE ATENDIMENTO AO EMPREENDEDOR – PAE NO Município da Estância Turística de Holambra.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 10 de Março de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 512 DE 08 DE MARÇO DE 2005

AUTORIZA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA A FORMALIZAR CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SUA SEDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Instituto de Previdência do Município de Holambra - IPMH autorizado a formalizar contrato de locação do imóvel situado na Rua Campo de Pouso nº 741 - Sala 06 - Centro, Holambra, com fim específico de servir de sede para o mesmo.

Artigo 2º - A locação terá prazo de 01 (um) ano a contar de 01 de março de 2.005 até 01 de março de 2006, prorrogável por igual período, sendo o valor do aluguel mensal de R$ 300,00 (trezentos reais), perfazendo o valor total anual de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), valor este corrigido anualmente pelo IGPM, Índice Geral de Preços do Mercado ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, serão de responsabilidade do Instituto de Previdência do Município de Holambra - IPMH.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do IPMH.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra,08 de março de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 513 DE 08 DE MARÇO DE 2005

AUTORIZA O EXECUTIVO A FORMALIZAR CONTRATO DE LOCAÇÃO DO IMÓVEL QUE SEDIA A CRECHE MUNICIPAL "FAVO DE MEL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a formalizar contrato de locação do imóvel situado na Estrada Municipal, lote 04/09, Bairro Fundão, Holambra, com fim específico de servir de sede da Creche Municipal CECI "Favo de Mel".

Artigo 2º - A locação terá prazo de 01 (um) ano a contar de 01 de janeiro de 2.005 até 31 de dezembro de 2005, prorrogável por igual período, sendo o valor do aluguel mensal de R$ 838,00 (oitocentos e trinta e oito reais), perfazendo o valor total anual de R$ 10.056,00 (dez mil e cinqüenta e seis reais), valor este corrigido anualmente pelo IGPM, Índice Geral de Preços do Mercado ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de janeiro de 2.005.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 08 de março de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

LEI Nº 511 DE 12 DE JANEIRO DE 2005.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER EXCEPCIONAL E POR PRAZO DETERMINADO PARA A CONTINUIDADE DAS OBRAS DO CONVÊNIO FIRMADO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DAS ESTÂNCIAS – DADE PARA A CONSTRUÇÃO DO 1º MODULO DA E.T.A.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica o Poder Executivo autorizado, para atendimento de obras do Convênio firmado junto ao Departamento de Apoio e Desenvolvimento das Estâncias – DADE para a Construção do 1º Módulo da E.T.A., a contratar em caracter excepcional e nos termos do inciso IX do Art. 37, da Constituição Federal, por tempo determinado, 10 (dez) funcionários para o exercício temporário das atribuições correspondente a: 01 (um) Mestre-de-Obras; 01 (um) Montador de Caxaria; 02 (dois) Montador de Ferragens; 05 (cinco) Ajudante de Obras e 01(um) Encarregado de Controle de Material.

Art. 2º - A contratação de que trata esta lei, será feita pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho na forma de seus artigos 443, §2º e art. 445, e dependerá da existência de recursos orçamentários.

Parágrafo Único – O prazo de referidos contratos será de seis meses, prorrogável pelo mesmo período, uma única vez.

Art. 3º - Os vencimentos mensais do pessoal contratado, serão de até no máximo:

- Mestre-de-Obras - R$ 1.580,00
- Montador de Caxaria - R$ 680,00
- Montador de Ferragens - R$ 680,00
- Encarregado de Controle de Material – R$ 680,00
- Ajudante de Obras - R$ 320,00

Al. Maurício de Nassau, 444 • Cep 13.825-000 • Caixa Postal 24 • Holambra • SP
PABX: (19) 3802.8000 • CNPJ 67.172.437/0001-83
Site: www.holambra.sp.gov.br • E-mail: holambra@holnet.com.br

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria, a ser suplementada se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 12 de janeiro de 2005.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

FABIANA RADTKE ROSSI
Diretora Administrativa